

ÍNDICE-SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 12ª EDIÇÃO	5
CÓDIGO CIVIL	
DECRETO-LEI Nº 47344, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1966	7
LIVRO I Parte Geral	11
TÍTULO I Das leis, sua interpretação e aplicação	11
CAPÍTULO I Fontes do direito	11
CAPÍTULO II Vigência, interpretação e aplicação das leis	12
CAPÍTULO III Direitos dos estrangeiros e conflitos de leis	13
SECÇÃO I Disposições gerais	13
SECÇÃO II Normas de conflitos	15
SUBSECÇÃO I Âmbito e determinação da lei pessoal	15
SUBSECÇÃO II Lei reguladora dos negócios jurídicos	17
SUBSECÇÃO III Lei reguladora das obrigações	18
SUBSECÇÃO IV Lei reguladora das coisas	19
SUBSECÇÃO V Lei reguladora das relações de família	20
SUBSECÇÃO VI Lei reguladora das sucessões	22
TÍTULO II Das relações jurídicas	23
SUBTÍTULO I Das pessoas	23
CAPÍTULO I Pessoas singulares	23
SECÇÃO I Personalidade e capacidade jurídica	23
SECÇÃO II Direitos de personalidade	24
SECÇÃO III Domicílio	26
SECÇÃO IV Ausência	27
SUBSECÇÃO I Curadoria provisória	27
SUBSECÇÃO II Curadoria definitiva	28
SUBSECÇÃO III Morte presumida	30

SUBSECÇÃO IV Direitos eventuais do ausente	31
SECÇÃO V Menores e maiores acompanhados	32
SUBSECÇÃO I Condição jurídica dos menores	32
SUBSECÇÃO II Maioridade e emancipação	33
SUBSECÇÃO III Maiores acompanhados	34
CAPÍTULO II Pessoas colectivas	38
SECÇÃO I Disposições gerais	38
SECÇÃO II Associações	40
SECÇÃO III Fundações	43
CAPÍTULO III Associações sem personalidade jurídica e comissões especiais	46
SUBTÍTULO I-A Dos animais	48
SUBTÍTULO II Das coisas	48
SUBTÍTULO III Dos factos jurídicos	51
CAPÍTULO I Negócio jurídico	51
SECÇÃO I Declaração negocial	51
SUBSECÇÃO I Modalidades da declaração	51
SUBSECÇÃO II Forma	51
SUBSECÇÃO III Perfeição da declaração negocial	52
SUBSECÇÃO IV Interpretação e integração	54
SUBSECÇÃO V Falta e vícios da vontade	54
SUBSECÇÃO VI Representação	57
DIVISÃO I Princípios gerais	57
DIVISÃO II Representação voluntária	58
SUBSECÇÃO VII Condição e termo	59
SECÇÃO II Objecto negocial. Negócios usurários	61
SECÇÃO III Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico	62
CAPÍTULO II Actos jurídicos	63
CAPÍTULO III O tempo e a sua repercussão nas relações jurídicas	64
SECÇÃO I Disposições gerais	64
SECÇÃO II Prescrição	65
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	65
SUBSECÇÃO II Prazos da prescrição	66
SUBSECÇÃO III Prescrições presuntivas	67
SUBSECÇÃO IV Suspensão da prescrição	68
SUBSECÇÃO V Interrupção da prescrição	69
SECÇÃO III Caducidade	70
SUBTÍTULO IV Do exercício e tutela dos direitos	71
CAPÍTULO I Disposições gerais	71
CAPÍTULO II Provas	72
SECÇÃO I Disposições gerais	72
SECÇÃO II Presunções	74
SECÇÃO III Confissão	74
SECÇÃO IV Prova documental	76

SUBSECÇÃO I Disposições gerais	76
SUBSECÇÃO II Documentos autênticos	77
SUBSECÇÃO III Documentos particulares	78
SUBSECÇÃO IV Disposições especiais	79
SECÇÃO V Prova pericial	81
SECÇÃO VI Prova por inspecção	81
SECÇÃO VII Prova testemunhal	81
LIVRO II Direito das Obrigações	83
TÍTULO I Das obrigações em geral	83
CAPÍTULO I Disposições gerais	83
SECÇÃO I Conteúdo da obrigação	83
SECÇÃO II Obrigações naturais	84
CAPÍTULO II Fontes das obrigações	84
SECÇÃO I Contratos	84
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	84
SUBSECÇÃO II Contrato-promessa	85
SUBSECÇÃO III Pactos de preferência	86
SUBSECÇÃO IV Cessão da posição contratual	88
SUBSECÇÃO V Excepção de não cumprimento do contrato	88
SUBSECÇÃO VI Resolução do contrato	89
SUBSECÇÃO VII Resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias	89
SUBSECÇÃO VIII Antecipação do cumprimento. Sinal	90
SUBSECÇÃO IX Contrato a favor de terceiro	91
SUBSECÇÃO X Contrato para pessoa a nomear	92
SECÇÃO II Negócios unilaterais	93
SECÇÃO III Gestão de negócios	94
SECÇÃO IV Enriquecimento sem causa	96
SECÇÃO V Responsabilidade civil	97
SUBSECÇÃO I Responsabilidade por factos ilícitos	97
SUBSECÇÃO II Responsabilidade pelo risco	101
CAPÍTULO III Modalidades das obrigações	103
SECÇÃO I Obrigações de sujeito activo indeterminado	103
SECÇÃO II Obrigações solidárias	103
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	103
SUBSECÇÃO II Solidariedade entre devedores	104
SUBSECÇÃO III Solidariedade entre credores	106
SECÇÃO III Obrigações divisíveis e indivisíveis	107
SECÇÃO IV Obrigações genéricas	108
SECÇÃO V Obrigações alternativas	108
SECÇÃO VI Obrigações pecuniárias	109
SUBSECÇÃO I Obrigações de quantidade	109
SUBSECÇÃO II Obrigações de moeda específica	109

SUBSECÇÃO III Obrigações em moeda com curso legal apenas no estrangeiro	111
SECÇÃO VII Obrigações de juros	111
SECÇÃO VIII Obrigação de indemnização	112
SECÇÃO IX Obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos	113
CAPÍTULO IV Transmissão de créditos e de dívidas	114
SECÇÃO I Cessão de créditos	114
SECÇÃO II Sub-rogação	116
SECÇÃO III Transmissão singular de dívidas	117
CAPÍTULO V Garantia geral das obrigações	118
SECÇÃO I Disposições gerais	118
SECÇÃO II Conservação da garantia patrimonial	119
SUBSECÇÃO I Declaração de nulidade	119
SUBSECÇÃO II Sub-rogação do credor ao devedor	119
SUBSECÇÃO III Impugnação pauliana	119
SUBSECÇÃO IV Arresto	121
CAPÍTULO VI Garantias especiais das obrigações	121
SECÇÃO I Prestação de caução	121
SECÇÃO II Fiança	122
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	122
SUBSECÇÃO II Relações entre o credor e o fiador	123
SUBSECÇÃO III Relações entre o devedor e o fiador	125
SUBSECÇÃO IV Pluralidade de fiadores	126
SUBSECÇÃO V Extinção da fiança	126
SECÇÃO III Consignação de rendimentos	127
SECÇÃO IV Penhor	129
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	129
SUBSECÇÃO II Penhor de coisas	129
SUBSECÇÃO III Penhor de direitos	131
SECÇÃO V Hipoteca	132
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	132
SUBSECÇÃO II Hipotecas legais	135
SUBSECÇÃO III Hipotecas judiciais	136
SUBSECÇÃO IV Hipotecas voluntárias	137
SUBSECÇÃO V Redução da hipoteca	137
SUBSECÇÃO VI Transmissão dos bens hipotecados	138
SUBSECÇÃO VII Transmissão da hipoteca	139
SUBSECÇÃO VIII Extinção da hipoteca	140
SECÇÃO VI Privilégios creditórios	140
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	140
SUBSECÇÃO II Privilégios mobiliários gerais	141
SUBSECÇÃO III Privilégios mobiliários especiais	141
SUBSECÇÃO IV Privilégios imobiliários	142

SUBSECÇÃO V Efeitos e extinção dos privilégios	142
SECÇÃO VII Direito de retenção	144
CAPÍTULO VII Cumprimento e não cumprimento das obrigações	145
SECÇÃO I Cumprimento	145
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	145
SUBSECÇÃO II Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação	146
SUBSECÇÃO III Lugar da prestação	147
SUBSECÇÃO IV Prazo da prestação	148
SUBSECÇÃO V Imputação do cumprimento	149
SUBSECÇÃO VI Prova do cumprimento	149
SUBSECÇÃO VII Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento	150
SECÇÃO II Não cumprimento	150
SUBSECÇÃO I Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor	150
SUBSECÇÃO II Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor	152
DIVISÃO I Princípios gerais	152
DIVISÃO II Impossibilidade do cumprimento	152
DIVISÃO III Mora do devedor	153
DIVISÃO IV Fixação contratual dos direitos do credor	154
SUBSECÇÃO III Mora do credor	154
SECÇÃO III Realização coactiva da prestação	155
SUBSECÇÃO I Acção de cumprimento e execução	155
SUBSECÇÃO II Execução específica	156
SECÇÃO IV Cessão de bens aos credores	158
CAPÍTULO VIII Causas de extinção das obrigações além do cumprimento	159
SECÇÃO I Dação em cumprimento	159
SECÇÃO II Consignação em depósito	159
SECÇÃO III Compensação	160
SECÇÃO IV Novação	161
SECÇÃO V Remissão	162
SECÇÃO VI Confusão	163
TÍTULO II Dos contratos em especial	164
CAPÍTULO I Compra e venda	164
SECÇÃO I Disposições gerais	164
SECÇÃO II Efeitos da compra e venda	165
SECÇÃO III Venda de coisas sujeitas a contagem, pesagem ou medição	166
SECÇÃO IV Venda de bens alheios	167
SECÇÃO V Venda de bens onerados	169
SECÇÃO VI Venda de coisas defeituosas	170

SECÇÃO VII Venda a contento e venda sujeita a prova	172
SECÇÃO VIII Venda a retro	173
SECÇÃO IX Venda a prestações	174
SECÇÃO X Venda sobre documentos	174
SECÇÃO XI Outros contratos onerosos	175
CAPÍTULO II Doação	175
SECÇÃO I Disposições gerais	175
SECÇÃO II Capacidade para fazer ou receber doações	176
SECÇÃO III Efeitos das doações	177
SECÇÃO IV Revogação das doações	180
CAPÍTULO III Sociedade	181
SECÇÃO I Disposições gerais	181
SECÇÃO II Relações entre os sócios	181
SECÇÃO III Relações com terceiros	184
SECÇÃO IV Morte, exoneração ou exclusão de sócios	185
SECÇÃO V Dissolução da sociedade	186
SECÇÃO VI Liquidação da sociedade e de quotas	187
CAPÍTULO IV Locação	189
SECÇÃO I Disposições gerais	189
SECÇÃO II Obrigações do locador	190
SECÇÃO III Obrigações do locatário	192
SUBSECÇÃO I Disposição geral	192
SUBSECÇÃO II Pagamento da renda ou aluguer	192
SUBSECÇÃO III Restituição da coisa locada	193
SECÇÃO IV Resolução e caducidade do contrato	194
SUBSECÇÃO I Resolução	194
SUBSECÇÃO II Caducidade	195
SECÇÃO V Transmissão da posição contratual	196
SECÇÃO VI Sublocação	197
SECÇÃO VII Arrendamento de prédios urbanos	197
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	197
SUBSECÇÃO II Celebração	198
SUBSECÇÃO III Direitos e obrigações das partes	198
DIVISÃO I Obrigações não pecuniárias	198
DIVISÃO II Renda e encargos	199
SUBSECÇÃO IV Cessação	200
DIVISÃO I Disposições comuns	200
DIVISÃO II Cessação por acordo entre as partes	201
DIVISÃO III Resolução	201
SUBSECÇÃO V Subarrendamento	203
SUBSECÇÃO VI Direito de preferência	203
SUBSECÇÃO VII Disposições especiais do arrendamento para habitação	204
DIVISÃO I Âmbito do contrato	204

DIVISÃO II Duração	205
SUBDIVISÃO I Contrato com prazo certo	205
SUBDIVISÃO II Contrato de duração indeterminada	207
DIVISÃO III Transmissão	209
SUBSECÇÃO VIII Disposições especiais do arrendamento para fins não habitacionais	210
SECÇÃO VIII Arrendamento de prédios urbanos e arrendamento de prédios rústicos não abrangidos na secção precedente	211
CAPÍTULO V Parceria pecuária	212
CAPÍTULO VI Comodato	213
CAPÍTULO VII Mútuo	214
CAPÍTULO VIII Contrato de trabalho	216
CAPÍTULO IX Prestação de serviço	216
CAPÍTULO X Mandato	216
SECÇÃO I Disposições gerais	216
SECÇÃO II Direitos e obrigações do mandatário	217
SECÇÃO III Obrigações do mandante	218
SECÇÃO IV Revogação e caducidade do mandato	218
SUBSECÇÃO I Revogação	218
SUBSECÇÃO II Caducidade	219
SECÇÃO V Mandato com representação	220
SECÇÃO VI Mandato sem representação	220
CAPÍTULO XI Depósito	221
SECÇÃO I Disposições gerais	221
SECÇÃO II Direitos e obrigações do depositário	221
SECÇÃO III Obrigações do depositante	223
SECÇÃO IV Depósito de coisa controvertida	223
SECÇÃO V Depósito irregular	223
CAPÍTULO XII Empreitada	224
SECÇÃO I Disposições gerais	224
SECÇÃO II Alterações e obras novas	225
SECÇÃO III Defeitos da obra	226
SECÇÃO IV Impossibilidade de cumprimento e risco pela perda ou deterioração da obra	227
SECÇÃO V Extinção do contrato	228
CAPÍTULO XIII Renda perpétua	228
CAPÍTULO XIV Renda vitalícia	229
CAPÍTULO XV Jogo e aposta	230
CAPÍTULO XVI Transacção	230
LIVRO III Direito das Coisas	231
TÍTULO I Da posse	231
CAPÍTULO I Disposições gerais	231
CAPÍTULO II Caracteres da posse	232

CAPÍTULO III Aquisição e perda da posse	233
CAPÍTULO IV Efeitos da posse	233
CAPÍTULO V Defesa da posse	235
CAPÍTULO VI Usucapião	236
SECÇÃO I Disposições gerais	236
SECÇÃO II Usucapião de imóveis	237
SECÇÃO III Usucapião de móveis	238
TÍTULO II Do direito de propriedade	239
CAPÍTULO I Propriedade em geral	239
SECÇÃO I Disposições gerais	239
SECÇÃO II Defesa da propriedade	240
CAPÍTULO II Aquisição da propriedade	241
SECÇÃO I Disposições gerais	241
SECÇÃO II Ocupação de coisas e animais	241
SECÇÃO III Acessão	243
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	243
SUBSECÇÃO II Acessão natural	243
SUBSECÇÃO III Acessão industrial mobiliária	244
SUBSECÇÃO IV Acessão industrial imobiliária	245
CAPÍTULO III Propriedade de imóveis	246
SECÇÃO I Disposições gerais	246
SECÇÃO II Direito de demarcação	248
SECÇÃO III Direito de tapagem	249
SECÇÃO IV Construções e edificações	249
SECÇÃO V Plantação de árvores e arbustos	251
SECÇÃO VI Paredes e muros de meação	251
SECÇÃO VII Fraccionamento e emparcelamento de prédios rústicos	253
SECÇÃO VIII Atravessadouros	254
CAPÍTULO IV Propriedade das águas	255
SECÇÃO I Disposições gerais	255
SECÇÃO II Aproveitamento das águas	256
SECÇÃO III Condomínio das águas	258
CAPÍTULO V Compropriedade	259
SECÇÃO I Disposições gerais	259
SECÇÃO II Direitos e encargos do comproprietário	259
CAPÍTULO VI Propriedade horizontal	261
SECÇÃO I Disposições gerais	261
SECÇÃO II Constituição	261
SECÇÃO III Direitos e encargos dos condóminos	262
SECÇÃO IV Administração das partes comuns do edifício	266
TÍTULO III Do usufruto, uso e habitação	270
CAPÍTULO I Disposições gerais	270
CAPÍTULO II Direitos do usufrutuário	270

CAPÍTULO III Obrigações do usufrutuário	274
CAPÍTULO IV Extinção do usufruto	275
CAPÍTULO V Uso e habitação	277
TÍTULO IV Da enfiteuse	278
TÍTULO V Do direito de superfície	278
CAPÍTULO I Disposições gerais	278
CAPÍTULO II Constituição do direito de superfície	279
CAPÍTULO III Direitos e encargos do superficiário e do proprietário	279
CAPÍTULO IV Extinção do direito de superfície	280
TÍTULO VI Das servidões prediais	281
CAPÍTULO I Disposições gerais	281
CAPÍTULO II Constituição das servidões	282
CAPÍTULO III Servidões legais	282
SECÇÃO I Servidões legais de passagem	282
SECÇÃO II Servidões legais de águas	284
CAPÍTULO IV Exercício das servidões	286
CAPÍTULO V Extinção das servidões	287
LIVRO IV Direito da Família	289
TÍTULO I Disposições gerais	289
TÍTULO II Do casamento	290
CAPÍTULO I Modalidades do casamento	290
CAPÍTULO II Promessa de casamento	291
CAPÍTULO III Pressupostos da celebração do casamento	292
SECÇÃO I Casamento católico	292
SECÇÃO II Casamento Civil	293
SUBSECÇÃO I Impedimentos matrimoniais	293
SUBSECÇÃO II Processo preliminar de casamento	295
CAPÍTULO IV Celebração do casamento civil	296
SECÇÃO I Disposições gerais	296
SECÇÃO II Casamentos urgentes	297
CAPÍTULO V Invalidade do casamento	298
SECÇÃO I Casamento católico	298
SECÇÃO II Casamento Civil	298
SUBSECÇÃO I Disposição geral	298
SUBSECÇÃO II Inexistência do casamento	298
SUBSECÇÃO III Anulabilidade do casamento	299
DIVISÃO I Disposições gerais	299
DIVISÃO II Falta ou vícios da vontade	300
DIVISÃO III Legitimidade	301
DIVISÃO IV Prazos	302
CAPÍTULO VI Casamento putativo	302
CAPÍTULO VII Sanções especiais	303
CAPÍTULO VIII Registo do casamento	304

SECÇÃO I Disposições gerais	304
SECÇÃO II Registo por transcrição	304
SUBSECÇÃO I Disposição geral	304
SUBSECÇÃO II Transcrição dos casamentos católicos celebrados em Portugal	305
SUBSECÇÃO III Transcrição dos casamentos civis urgentes	305
SUBSECÇÃO IV Transcrição dos casamentos de portugueses no estrangeiro	305
SUBSECÇÃO V Transcrição dos casamentos admitidos a registo	306
SECÇÃO III Efeitos do registo	306
CAPÍTULO IX Efeitos do casamento quanto às pessoas e aos bens dos cônjuges	306
SECÇÃO I Disposições gerais	306
SECÇÃO II Dívidas dos cônjuges	312
SECÇÃO III Convenções antenupciais	314
SECÇÃO IV Regimes de bens	319
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	319
SUBSECÇÃO II Regime da comunhão de adquiridos	319
SUBSECÇÃO III Regime da comunhão geral	321
SUBSECÇÃO IV Regime da separação	322
SUBSECÇÃO V Regime dotal	323
CAPÍTULO X Doações para casamento e entre casados	323
SECÇÃO I Doações para casamento	323
SECÇÃO II Doações entre casados	324
CAPÍTULO XI Simples separação judicial de bens	325
CAPÍTULO XII Divórcio e separação judicial de pessoas e bens	326
SECÇÃO I Divórcio	326
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	326
SUBSECÇÃO II Divórcio por mútuo consentimento	326
SUBSECÇÃO III Divórcio litigioso	328
SUBSECÇÃO IV Efeitos do divórcio	330
SECÇÃO II Separação judicial de pessoas e bens	331
TÍTULO III Da filiação	332
CAPÍTULO I Estabelecimento da filiação	332
SECÇÃO I Disposições gerais	332
SECÇÃO II Estabelecimento da maternidade	333
SUBSECÇÃO I Declaração de maternidade	333
SUBSECÇÃO II Averiguação oficiosa	334
SUBSECÇÃO III Reconhecimento judicial	336
SECÇÃO III Estabelecimento da paternidade	338
SUBSECÇÃO I Presunção de paternidade	338
SUBSECÇÃO II Reconhecimento de paternidade	343
DIVISÃO I Disposições gerais	343
DIVISÃO II Perfilhação	343

DIVISÃO III Averiguação oficiosa da paternidade	346
DIVISÃO IV Reconhecimento judicial	347
CAPÍTULO II Efeitos da filiação	348
SECÇÃO I Disposições gerais	348
SECÇÃO II Responsabilidades parentais	349
SUBSECÇÃO I Princípios gerais	349
SUBSECÇÃO II Responsabilidades parentais relativamente à pessoa dos filhos	350
SUBSECÇÃO III Responsabilidades parentais relativamente aos bens dos filhos	351
SUBSECÇÃO IV Exercício das responsabilidades parentais	355
SUBSECÇÃO V Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	359
SUBSECÇÃO VI Registo das decisões relativas às responsabilidades parentais	361
SECÇÃO III Meios de suprir o poder paternal	361
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	361
SUBSECÇÃO II Tutela	363
DIVISÃO I Designação do tutor	363
DIVISÃO II Direitos e obrigações do tutor	365
DIVISÃO III Remoção e exoneração do tutor	367
DIVISÃO IV Conselho de família	368
DIVISÃO V Termo da tutela	370
DIVISÃO VI Tutela de menores confiados a estabelecimentos de educação ou assistência	370
SUBSECÇÃO III Administração de bens	370
TÍTULO IV Da adoção	371
CAPÍTULO I Disposições gerais	371
CAPÍTULO II Adoção plena	373
CAPÍTULO III Adoção restrita	377
TÍTULO V Dos alimentos	377
CAPÍTULO I Disposições gerais	377
CAPÍTULO II Disposições especiais	379
LIVRO V Direito das Sucessões	381
TÍTULO I Das sucessões em geral	381
CAPÍTULO I Disposições gerais	381
CAPÍTULO II Abertura da sucessão e chamamento dos herdeiros e legatários	382
SECÇÃO I Abertura da sucessão	382
SECÇÃO II Capacidade sucessória	383
SECÇÃO III Direito de representação	384
CAPÍTULO III Herança jacente	385
CAPÍTULO IV Aceitação da herança	386

CAPÍTULO V Repúdio da herança	387
CAPÍTULO VI Encargos da herança	388
CAPÍTULO VII Petição da herança	390
CAPÍTULO VIII Administração da herança	390
CAPÍTULO IX Liquidação da herança	393
CAPÍTULO X Partilha da herança	394
SECÇÃO I Disposições gerais	394
SECÇÃO II Atribuições preferenciais	395
SECÇÃO III Colação	395
SECÇÃO IV Efeitos da partilha	397
SECÇÃO V Impugnação da partilha	398
CAPÍTULO XI Alienação de herança	398
TÍTULO II Da sucessão legítima	399
CAPÍTULO I Disposições gerais	399
CAPÍTULO II Sucessão do cônjuge e dos descendentes	401
CAPÍTULO III Sucessão do cônjuge e dos ascendentes	401
CAPÍTULO IV Sucessão dos irmãos e seus descendentes	402
CAPÍTULO V Sucessão dos outros colaterais	402
CAPÍTULO VI Sucessão do Estado	402
TÍTULO III Da sucessão legitimária	403
CAPÍTULO I Disposições gerais	403
CAPÍTULO II Redução de liberalidades	405
TÍTULO IV Da sucessão testamentária	406
CAPÍTULO I Disposições gerais	406
CAPÍTULO II Capacidade testamentária	408
CAPÍTULO III Casos de indisponibilidade relativa	408
CAPÍTULO IV Falta e vícios da vontade	409
CAPÍTULO V Forma do testamento	410
SECÇÃO I Formas comuns	410
SECÇÃO II Formas especiais	411
CAPÍTULO VI Conteúdo do testamento	413
SECÇÃO I Disposições gerais	413
SECÇÃO II Disposições condicionais, a termo e modais	414
SECÇÃO III Legados	417
SECÇÃO IV Substituições	422
SUBSECÇÃO I Substituição directa	422
SUBSECÇÃO II Substituição fideicomissária	423
SUBSECÇÃO III Substituições pupilar e quase-pupilar	424
SECÇÃO V Direito de acrescer	425
CAPÍTULO VII Nulidade, anulabilidade, revogação e caducidade dos testamentos e disposições testamentárias	426
SECÇÃO I Nulidade e anulabilidade	426
SECÇÃO II Revogação e caducidade	426
CAPÍTULO VIII Testamentaria	428

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO LEI Nº 9/2010, DE 31 DE MAIO	433
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM LEI Nº 6/2001, DE 11 DE MAIO	435
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS UNIÕES DE FACTO LEI Nº 7/2001, DE 11 DE MAIO	439
TESTAMENTO VITAL LEI Nº 25/2012, DE 16 DE JULHO	443
CAPÍTULO I Disposições gerais	443
CAPÍTULO II Diretivas antecipadas de vontade	443
CAPÍTULO III Procurador e procuração de cuidados de saúde	446
CAPÍTULO IV Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV)	447
CAPÍTULO V Disposições finais	449
LEI DA LIBERDADE RELIGIOSA LEI Nº 16/2001, DE 22 DE JUNHO	451
CAPÍTULO I Princípios	451
CAPÍTULO II Direitos individuais de liberdade religiosa	452
CAPÍTULO III Direitos colectivos de liberdade religiosa	456
CAPÍTULO IV Estatuto das igrejas e comunidades religiosas	461
CAPÍTULO V Acordos entre pessoas colectivas religiosas e o Estado	463
CAPÍTULO VI Comissão da Liberdade Religiosa	464
CAPÍTULO VII Igreja Católica	466
CAPÍTULO VIII Disposições complementares e transitórias	466
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO LEI Nº 6/2006, DE 27 DE FEVEREIRO	469
TÍTULO I Novo Regime do Arrendamento Urbano	469
CAPÍTULO I Alterações legislativas	469
CAPÍTULO II Disposições gerais	470
SECÇÃO I Comunicações	470
SECÇÃO II Associações	472
SECÇÃO III Assédio no arrendamento	473
SECÇÃO IV Resolução de litígios	474
SUBSECÇÃO I Ações judiciais	474
SUBSECÇÃO II Procedimento especial de despejo	475
SUBSECÇÃO III Injunção	485
SECÇÃO V Justo impedimento	486

SECÇÃO VI Consignação em depósito	486
SECÇÃO VII Determinação da renda	488
TÍTULO II Normas transitórias	488
CAPÍTULO I Contratos habitacionais celebrados na vigência do Regime do Arrendamento Urbano e contratos não habitacionais celebrados depois do Decreto-Lei nº 257/95, de 30 de setembro	488
CAPÍTULO II Contratos habitacionais celebrados antes da vigência do RAU e contratos não habitacionais celebrados antes do Decreto-Lei nº 257/95, de 30 de setembro	489
SECÇÃO I Disposições gerais	489
SECÇÃO II Arrendamento para habitação	490
SECÇÃO III Arrendamento para fim não habitacional	495
SECÇÃO IV Transmissão	497
TÍTULO III Normas finais	499
BALCÃO NACIONAL DO ARRENDAMENTO E PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO	
DECRETO-LEI Nº 1/2013, DE 7 DE JANEIRO	501
CAPÍTULO I Disposição geral	503
CAPÍTULO II Balcão Nacional do Arrendamento	504
CAPÍTULO III Procedimento especial de despejo	504
SECÇÃO I Requerimento de despejo	504
SECÇÃO II Oposição e outras peças processuais	505
SECÇÃO III Título para desocupação do locado e pedido de pagamento de rendas, encargos ou despesas	506
SECÇÃO IV Efetivação da desocupação e entrega do imóvel	508
SECÇÃO V Tramitação, comunicações, notificações e consulta do procedimento	509
SECÇÃO VI Agentes de execução e notários	509
CAPÍTULO IV Disposições complementares e finais	510
REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO	
PORTARIA Nº 9/2013, DE 10 DE JANEIRO	513
CAPÍTULO I Disposições gerais	514
CAPÍTULO II Procedimento especial de despejo	515
SECÇÃO I Requerimento de despejo	515
SECÇÃO II Oposição	517
SECÇÃO III Outras peças processuais	518
SECÇÃO IV Requerimento de autorização judicial para entrada imediata em domicílio	519
SECÇÃO V Notificações, comunicações e tramitação eletrônica	520
SECÇÃO VI Consulta eletrônica do processo e disponibilização do título para desocupação do locado	521

SECÇÃO VII Agente de execução e notário	522
SUBSECÇÃO I Designação, substituição e destituição	522
SUBSECÇÃO II Remuneração	525
CAPÍTULO III Ação de despejo	528
CAPÍTULO IV Disposições finais	529
REGIME DE DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS DECRETO-LEI Nº 266-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO	539
REGIME JURÍDICO DAS OBRAS EM PRÉDIOS ARRENDADOS DECRETO-LEI Nº 157/2006, DE 8 DE AGOSTO	547
SECÇÃO I Disposições comuns	548
SECÇÃO II Regime geral	550
SUBSECÇÃO I Iniciativa do senhorio	550
SUBSECÇÃO II Iniciativa do município ou da entidade gestora da operação de reabilitação urbana	555
SUBSECÇÃO III Execução de obras pelo arrendatário	557
SECÇÃO III Regime especial transitório	559
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	559
SUBSECÇÃO II Iniciativa do senhorio	560
SUBSECÇÃO III Iniciativa do município	561
SUBSECÇÃO IV Iniciativa do arrendatário	561
DIVISÃO I Âmbito de aplicação	561
DIVISÃO II Manutenção do arrendamento	561
DIVISÃO III Aquisição do locado pelo arrendatário	562
SECÇÃO IV Disposições sancionatórias	562
SECÇÃO V Disposições finais e transitórias	563
REGIMES DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO ANUAL BRUTO CORRIGIDO E DO SUBSÍDIO DE RENDA A ATRIBUIR AOS ARRENDATÁRIOS COM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO DECRETO-LEI Nº 156/2015, DE 10 DE AGOSTO	565
CAPÍTULO I Rendimento anual bruto corrigido	568
CAPÍTULO II Subsídio de renda	570
SECÇÃO I Disposições gerais	570
SECÇÃO II Subsídio para arrendamento em vigor	573
SECÇÃO III Subsídio para novo arrendamento	575
SECÇÃO IV Regime de arrendamento apoiado	575
SECÇÃO V Incumprimento e fiscalização	576
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	577

DEFINIÇÃO DO CONCEITO FISCAL DE PRÉDIO DEVOLUTO DECRETO-LEI Nº 159/2006, DE 8 DE AGOSTO	579
REGIME DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO DECRETO-LEI Nº 160/2006, DE 8 DE AGOSTO	585
FICHA DE AVALIAÇÃO PARA A DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS LOCADOS PORTARIA Nº 1192-B/2006, DE 3 DE NOVEMBRO	589
SECÇÃO I Disposições gerais	590
SECÇÃO II Determinação do nível de conservação	591
SECÇÃO III Técnicos	596
SECÇÃO IV Determinação do coeficiente de conservação	597
SECÇÃO V Árbitros	597
SECÇÃO VI Disposições finais e transitórias	598
REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA DECRETO-LEI Nº 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO	601
PARTE I Disposições gerais	605
PARTE II Regime da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana	608
CAPÍTULO I Disposições gerais	608
CAPÍTULO II Regime das áreas de reabilitação urbana	610
SECÇÃO I Disposição geral	610
SECÇÃO II Delimitação de áreas de reabilitação urbana	610
SECÇÃO III Operações de reabilitação urbana	611
SECÇÃO IV Planos de pormenor de reabilitação urbana	613
CAPÍTULO III Planeamento das operações de reabilitação urbana	617
SECÇÃO I Operações de reabilitação urbana simples	617
SECÇÃO II Operações de reabilitação urbana sistemática	618
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	618
SUBSECÇÃO II Planeamento e programação	618
CAPÍTULO IV Entidade gestora	620
CAPÍTULO V Modelos de execução das operações de reabilitação urbana	622
CAPÍTULO VI Instrumentos de execução de operações de reabilitação urbana	624
SECÇÃO I Controlo das operações urbanísticas	624
SUBSECÇÃO I Regime geral	624
SUBSECÇÃO II Procedimento simplificado de controlo prévio de operações urbanísticas	627
SECÇÃO II Instrumentos de política urbanística	630
SECÇÃO III Outros instrumentos de política urbanística	636
CAPÍTULO VII Participação e concertação de interesses	637

CAPÍTULO VIII Financiamento	638
PARTE III Regime especial da reabilitação urbana	639
PARTE IV Disposições sancionatórias	641
PARTE V Disposições transitórias e finais	643
SECÇÃO I Disposições transitórias	643
SECÇÃO II Disposições finais	645
DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA	
DECRETO-LEI Nº 275/93, DE 5 DE AGOSTO	647
DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA	
DECRETO-LEI Nº 275/93, DE 5 DE AGOSTO	659
CAPÍTULO I Do direito real de habitação periódica	663
SECÇÃO I Disposições gerais	663
SECÇÃO II Constituição	665
SECÇÃO III Do certificado predial	669
SECÇÃO IV Da transmissão e oneração de direitos reais de habitação periódica	671
SECÇÃO V Direitos e deveres dos titulares de direitos reais de habitação periódica	675
SECÇÃO VI Da administração e conservação do empreendimento	676
SECÇÃO VII Destituição e substituição na administração do empreendimento	680
SECÇÃO VIII Da renúncia ao direito real de habitação periódica	682
SECÇÃO IX Publicidade, comercialização e formas de referência	682
CAPÍTULO II Dos direitos de habitação turística	683
CAPÍTULO III Das infracções e sua sanção	691
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO RURAL	
DECRETO-LEI Nº 294/2009, DE 13 DE OUTUBRO	695
CAPÍTULO I Disposições gerais	697
CAPÍTULO II Forma e duração do contrato de arrendamento	700
CAPÍTULO III Renda	702
CAPÍTULO IV Cessação e transmissão do contrato de arrendamento	703
CAPÍTULO V Conservação e beneficiação dos prédios rústicos arrendados	707
CAPÍTULO VI Normas processuais	709
CAPÍTULO VII Disposições finais e transitórias	712
CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS	
DECRETO-LEI Nº 446/85, DE 25 DE OUTUBRO	715
CAPÍTULO I Disposições gerais	717
CAPÍTULO II Inclusão de cláusulas contratuais gerais em contratos singulares	718

CAPÍTULO III	Interpretação e integração das cláusulas contratuais gerais	719
CAPÍTULO IV	Nulidade das cláusulas contratuais gerais	720
CAPÍTULO V	Cláusulas contratuais gerais proibidas	720
SECÇÃO I	Disposições comuns por natureza	720
SECÇÃO II	Relações entre empresários ou entidades equiparadas	720
SECÇÃO III	Relações com consumidores finais	722
CAPÍTULO VI	Disposições processuais	724
CAPÍTULO VII	Disposições finais e transitórias	726
REGIME DA PROPRIEDADE HORIZONTAL		
DECRETO-LEI Nº 268/94, DE 25 DE OUTUBRO		727
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE ASSOCIAÇÕES		
LEI Nº 40/2007, DE 24 DE AGOSTO		731
CAPÍTULO I	Regime especial de constituição imediata de associações	731
CAPÍTULO II	Alterações legislativas	736
CAPÍTULO III	Disposições finais e transitórias	736

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 12ª EDIÇÃO	5
CÓDIGO CIVIL Decreto-Lei nº 47344, de 25 de novembro de 1966	7
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO Lei nº 9/2010, de 31 de maio	433
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM Lei nº 6/2001, de 11 de maio	435
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS UNIÕES DE FACTO Lei nº 7/2001, de 11 de maio	439
TESTAMENTO VITAL Lei nº 25/2012, de 16 de julho	443
LEI DA LIBERDADE RELIGIOSA Lei nº 16/2001, de 22 de junho	451
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro	469
BALCÃO NACIONAL DO ARRENDAMENTO E PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO Decreto-Lei nº 1/2013, de 7 de janeiro	501
REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO Portaria nº 9/2013, de 10 de janeiro	513

SUMÁRIO

REGIME DE DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro	539
REGIME JURÍDICO DAS OBRAS EM PRÉDIOS ARRENDADOS Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de agosto	547
REGIMES DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO ANUAL BRUTO CORRIGIDO E DO SUBSÍDIO DE RENDA A ATRIBUIR AOS ARRENDATÁRIOS COM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO Decreto-Lei nº 156/2015, de 10 de agosto	565
DEFINIÇÃO DO CONCEITO FISCAL DE PRÉDIO DEVOLUTO Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 de agosto	579
REGIME DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO Decreto-Lei nº 160/2006, de 8 de agosto	585
FICHA DE AVALIAÇÃO PARA A DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS LOCADOS Portaria nº 1192-B/2006, de 3 de novembro	589
REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro	601
DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DURADOURA Decreto-Lei nº 1/2020, de 9 de janeiro	647
DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto	659
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO RURAL Decreto-Lei nº 294/2009, de 13 de outubro	695
CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS Decreto-Lei nº 446/85, de 25 de outubro	715
REGIME DA PROPRIEDADE HORIZONTAL Decreto-Lei nº 268/94, de 25 de outubro	727
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE ASSOCIAÇÕES Lei nº 40/2007, de 24 de agosto	731
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO CIVIL	737
ÍNDICE-SUMÁRIO	791
SUMÁRIO	809